

Percepções da comunidade local em cidades Patrimônio da Humanidade: Diamantina, Minas Gerais, Brasil¹

Taysa Kennia Godinho* Karina Toledo Solha**

Universidade de São Paulo – USP (Brasil)

Resumo: O artigo discute as relações entre patrimônio e o desenvolvimento turístico em cidades declaradas como Patrimônio Mundial a partir da percepção da comunidade local. Este estudo analisou a trajetória de Diamantina, cidade localizada no Estado de Minas Gerais, Brasil, tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN em 1938, e que, em 1999 recebeu o título de Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO. A fim de verificar as relações e o envolvimento da população local com o patrimônio e com o turismo, elaborou-se um formulário abordando questões sobre identidade, coletividade e as relações entre morador, patrimônio e turismo. Como resultados, observaram-se divergências entre o que a comunidade considera como patrimônio a ser legado e o que foi reconhecido por organismos nacionais e internacionais além da necessidade de um profundo trabalho de reconhecimento cultural entre moradores.

Palavras-chave: Turismo; Comunidade; Patrimônio Cultural; Patrimônio da Humanidade; Desenvolvimento.

Local community perceptions in World Heritage cities: Diamantina, Minas Gerais, Brazil

Abstract: The article discusses the relationship between heritage and tourism development in cities declared as World Heritage from the perception of the local community. This study analyzed the trajectory of Diamantina, a city located in the state of Minas Gerais, Brazil, listed by the Heritage Institute for National Artistic - IPHAN in 1938 and in 1999 received the title of Cultural Heritage of Humanity by UNESCO. In order to verify the relationship and involvement of the local population with the heritage and tourism, elaborated a form addressing questions about identity, community and relationships between residents, heritage and tourism. As a result, there were discrepancies between what the community considers as equity to legacy and has been recognized by national and international organizations and the need for a deep work of cultural recognition among residents.

Key Words: Tourism; Community; Cultural Patrimony; World Heritage; Development.

1. Introdução

Muitas cidades históricas no Brasil almejam o título de Patrimônio Mundial, pois acreditam que com ele podem promover o desenvolvimento turístico, tornando-se destinos mais competitivos. Esta percepção decorre de um crescente interesse dos visitantes em consumir o patrimônio, e neste

* Mestre em Turismo, USP; E-mail: taysagodinho@gmail.com

** Doutora em Ciências da Comunicação, USP; E-mail: kasolha@usp.br

¹ O presente artigo traz um recorte da dissertação “Cidade patrimônio da humanidade e desenvolvimento turístico: percepções sobre a realidade de Diamantina, MG”, do programa de Mestrado em Turismo da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) da Universidade de São Paulo (USP).

sentido o reconhecimento mundial pode se configurar como uma estratégia de promoção ampla e abrangente sustentada pelo *status* adquirido (Jimura, 2011; Borges, 2013). Contudo, o processo de reconhecimento como Patrimônio da Humanidade é bastante longo e exige um esforço do poder público e da comunidade na indicação do valor do patrimônio da localidade. Além de um bom argumento para pretensão ao título, o destino deve iniciar uma preparação local que envolve estruturação e planejamento.

O procedimento inicia-se, com a apresentação das candidaturas dos países que assinaram a Convenção do Patrimônio Mundial e a elaboração de um inventário do destino, onde o Estado Parte conta com o auxílio de um manual de instruções desenvolvido pela UNESCO no ano de 2010. Na segunda etapa, elabora-se um Dossiê de Candidatura, que inclui toda a documentação e mapas a serem avaliados por algumas instituições indicadas na Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (Silva, 2003). Cabe a Convenção, autoridade internacional que possui um órgão executivo denominado Comitê do Patrimônio Mundial, a deliberação sobre a inclusão ou não do bem na lista dos Patrimônios Mundiais (Scifoni, 2004). Nota-se, que fazer parte desta lista seleta, é algo complexo e que exige dedicação do Estado solicitante. O investimento para dar início ao processo da candidatura, parte muitas vezes de municípios que vivenciavam um momento de estagnação econômica, e Diamantina inseria-se neste contexto, ao iniciar em 1997 uma campanha pró patrimônio mundial, que resultou na outorga do título de Patrimônio Mundial (WHS) pela Unesco, em 1999. Desde então o município integra a lista nacional de patrimônios mundiais que contempla atualmente 19 (dezenove) sítios.

Partiu do poder público municipal de Diamantina, com o apoio do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA), IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e do Centro Brasileiro de Referência e Apoio Cultural (CEBRAC) a iniciativa da campanha em *prol* da chancela de Patrimônio Mundial (Costa, 2009; Instituto Terra Azul, 2009).

Este processo se constituiu em um grande desafio para a cidade, que ao buscar uma solução para uma economia estagnada e ao mesmo tempo atender aos critérios estabelecidos pela UNESCO, realizou uma série de investimentos na infraestrutura receptiva, que contribuiu para o surgimento de empreendimentos turísticos como pousadas, restaurantes, agências, lojas, guias de turismo, e em ações de proteção e restauração do acervo histórico urbano; na sensibilização da população local para questões sobre patrimônio e turismo; na elaboração do Plano Diretor e na criação de conselhos de Turismo e Cultura (Mendonça *et al.*, 2006; Souza *et al.*, 2007).

Destaca-se como marco importante deste processo, a instituição do Conselho Municipal de Cultura (COMTUR) e a elaboração de políticas públicas e estratégias de planejamento em *prol* do patrimônio local e de sua proteção pela Secretaria de Cultura, Turismo e Patrimônio (SECTUR) (Souza *et al.*, 2007; Silveira *et al.*, 2012; Prefeitura Municipal de Diamantina, 2012). Outros avanços significativos ocorreram uma década depois, em 2012, com a criação do Fundo Municipal de Turismo (FUMTUR) e a aprovação da Lei sobre a Política Municipal de Turismo (Prefeitura Municipal de Diamantina, 2012). Estes são indicadores relevantes do compromisso da cidade com a implementação de sua estrutura turística, a elaboração de políticas públicas e definição de estratégias de gestão do turismo. Por tratar-se de um destino turístico apoiado na exploração da imagem de Patrimônio Mundial, o desenvolvimento de sua estrutura receptiva deveria naturalmente articular-se com uma série de ações de valorização, reconhecimento e preservação deste patrimônio, mas nota-se que estas ações ainda não estão priorizadas e se mostram também, desarticuladas.

Importante destacar, que um dos requisitos para se obter o título mundial, é ser reconhecido primeiramente por instituições do país, e Diamantina passou por esse processo, que ocorreu com o tombamento, em 1938 pelo IPHAN autarquia federal que desde então exerce o controle das intervenções urbanas e arquitetônicas realizadas no centro histórico. Em 1946, com o avanço urbano, estabeleceu-se o perímetro da área tombada e é nesta área delimitada pelo IPHAN, que se encontra praticamente todo o acervo da cidade. Já a delimitação do perímetro da UNESCO abrange exatamente o conjunto arquitetônico e urbanístico reconhecido como Patrimônio Mundial. Salienta-se que a definição do que deveria ser tombado pelo IPHAN, estava inserida num processo de construção da identidade nacional, que promoveu o tombamento de diversas cidades no estado de Minas Gerais. Para alguns autores, esta fase representa a produção simbólica do patrimônio, fundamentada em um projeto elitista e hegemônico que definiu o que era cultura e quais os bens que deveriam ser tombados (Costa, 2009).

No Estado de Minas Gerais, muitas são as cidades que possuem um significativo patrimônio edificado, que tem no seu entorno uma população com uma vida ditada por necessidades que se confrontam constantemente com construções antigas, que coexistem no mesmo espaço temporal. Este também é o caso de Diamantina. O processo de tombamento, pode ser conflituoso dependendo de qual bem/imóvel irá ser tombado, principalmente pelas restrições que apresenta aos proprietários destes, pois qualquer modificação deve passar por avaliação e supervisão do IPHAN (Gonçalves, 2010). Assim, as relações estabelecidas entre moradores e o IPHAN, são de modo geral muito hostis, em função de desequilíbrios ocasionados pelos interesses de um e indiferença do outro.

Somando-se o rigor do uso deste patrimônio proposto pelo IPHAN e as insuficientes ações de sensibilização patrimonial, tem-se um espaço vivido por insatisfações da população que vê o “Patrimônio” representado pelo IPHAN como o vilão, fator que impede o desenvolvimento da cidade. Esse cenário traz uma questão intrigante, como superar esta percepção de patrimônio que ainda persiste?

Acredita-se ser primordial reconhecer as necessidades dos grupos sociais que interagem com o patrimônio a fim de traçar “novos usos e perspectivas de interação com a sociedade, que o define a partir de elementos que compõem sua identidade cultural” (111, Ribeiro, 2005). A experiência mundial na gestão de sítios de patrimônio, tem indicado que não se trata apenas de preservar o patrimônio edificado, mas de reconhecer e valorizar as expressões culturais da comunidade, intensificando o sentimento de pertencimento e revigorando as tradições. Isto precisa ser considerado um critério fundamental para o tombamento de um bem, pois reforça a importância da comunidade, como parte interessada na definição do que é patrimônio, atribuindo significado a partir de suas necessidades e do período temporal vivido (Costa, 2011).

Esta discussão suscita uma série de questões, acerca das relações estabelecidas entre morador, o poder público, os organismos de preservação do patrimônio e a iniciativa privada; e na premente necessidade de transformação das relações entre comunidade e patrimônio local, quando se busca legitimar mundialmente seu patrimônio. Estas foram algumas das inquietações que nortearam a proposição deste estudo que buscou identificar a percepção da comunidade de Diamantina, Minas Gerais sobre o título de Patrimônio Mundial.

2. Percurso metodológico

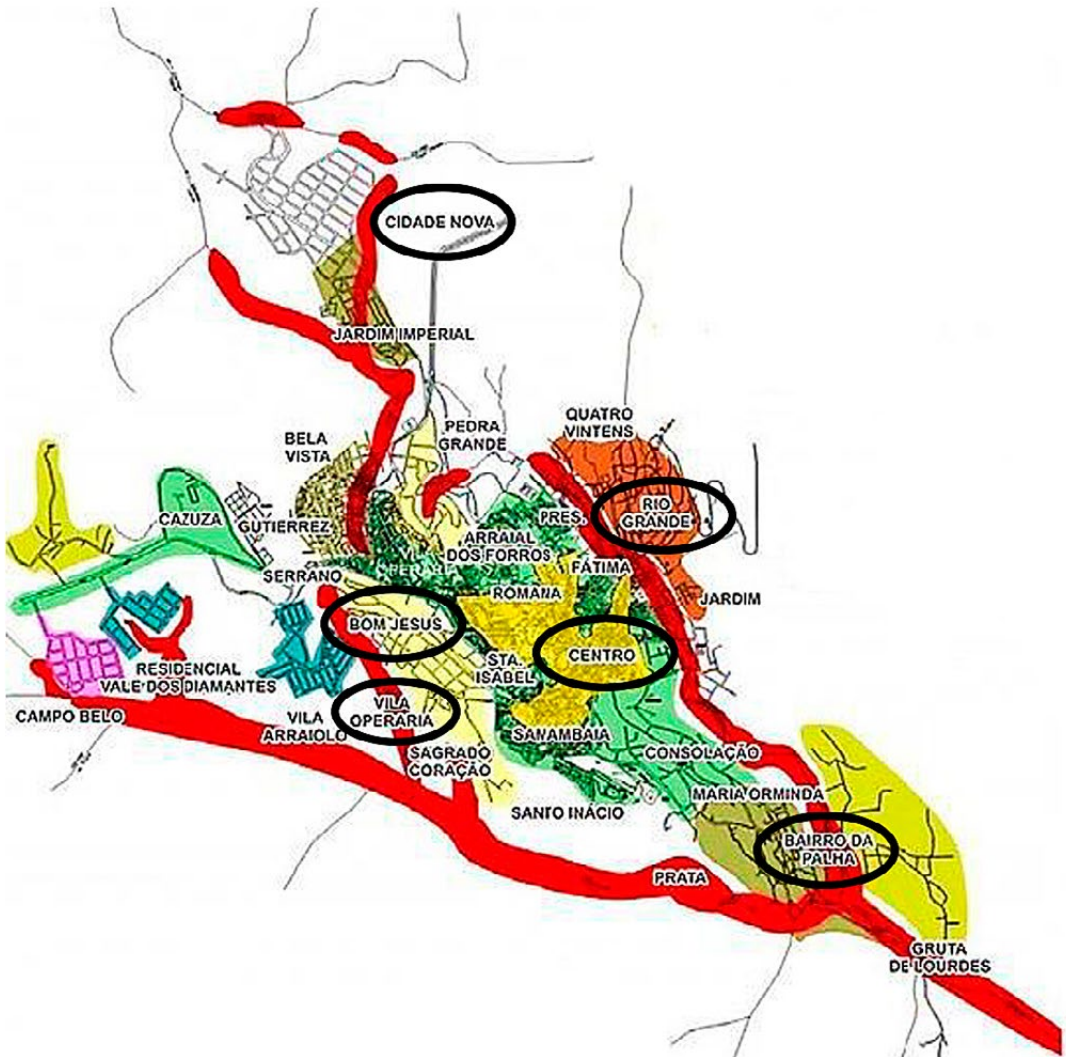
Com o intuito de compreender a realidade vivida por Diamantina pós outorga mundial, realizou-se um levantamento bibliográfico na literatura nacional e na experiência de outros países, buscando elementos que permitissem uma melhor compreensão de como a comunidade em sítios mundiais tem se relacionado com as questões inerentes ao uso turístico do patrimônio. Com este aporte da literatura juntamente com a análise das características do turismo na localidade elaborou-se um formulário contendo 15 questões, que além de trazer um breve perfil dos entrevistados, buscou também verificar:

- o envolvimento com Turismo – refere-se a interação da população como o turismo a partir de uma perspectiva de relações de trabalho.
- o entendimento do significado de Patrimônio e Turismo – refere-se ao entendimento que a população tem acerca do que é patrimônio, daquilo que é reconhecido como patrimônio, do conhecimento que possuem sobre os bens tombados pelo IPHAN e da participação nos espaços de discussão política.

Para esta investigação, optou-se por realizar uma pesquisa de amostragem por conveniência, que considerou o conhecimento que o pesquisador possuía sobre a cidade e seus moradores, buscando abranger o amplo espectro de moradores, distribuídos nos diferentes bairros da cidade. Assim a definição dos pontos de aplicação de pesquisa se apoiou na planta do município, considerando as delimitações administrativas do território, agrupando os bairros da cidade em 6 áreas estratégicas. Nestas áreas, selecionaram-se os locais de uso coletivo e de maior movimentação (como praças, portas de padarias e farmácias).

Estas áreas foram numericamente classificadas, utilizando como critério a proximidade geográfica, a partir dos bairros principais: Bom Jesus (1), Cidade Nova (2), Rio Grande (3), Centro (4), Palha (5), Vila Operária (6), e que também representam o entorno do centro histórico tombado (Figura 1).

Figura 1 – Distribuição espacial dos locais de entrevista.



Fonte: adaptação da autora baseado na Planta Municipal da Prefeitura Municipal de Diamantina (2009).

A definição de uma amostra de 381 entrevistados, considerou o universo populacional urbano da cidade (40.060 habitantes³), com margem de erro de 5% e nível de confiança de 95%, cálculo efetuado no *software Raosoft® Sample Size Calculator*. Para realizar uma distribuição da amostra entre as áreas pré definidas, utilizou-se o documento cadastral, Avaliação de Bairros, da Secretaria Municipal de Saúde de Diamantina, que traz o levantamento do índice de habitantes por bairro na sede municipal. Com estas informações, elaborou-se a Tabela 1 com a distribuição dos formulários por cada área e seus respectivos bairros. Para chegar a este resultado utilizou-se como critério a Regra de Três Simples Assim, a partir da quantidade de habitantes (Hab.) tem-se a quantidade de formulários (amostra/AM) que foram aplicados, abrangendo equitativamente todo o município.

Tabela 1 – Áreas de aplicação e amostra por bairros

Área 1	Hab.	AM.	Área 3	Hab.	AM.	Área 5	Hab.	AM.
Bom Jesus	4550	43	Bela Vista	3381	32	Jardim	1791	17
Campo Belo	148	1	Cidade Nova	1462	14	Presidente	978	9
Cazuza	937	9	Jardim Imperial	174	2	Quatro Vinténs	1655	15
Serrano	418	4	Pedra Grande	1114	10	Rio Grande	4232	40
Vale dos Diamantes	178	2						
Vila Gutierrez	104	1						
Total de Formulários = 60			Total de Formulários = 58			Total de Formulários = 81		
Área 2	Hab.	AM.	Área 4	Hab.	AM.	Área 6	Hab.	AM.
Arraial dos Forros	1902	18	Consolação	1885	18	Sagrado Coração	789	7
Centro	2540	24	Gruta de Lourdes	358	3	Samambaia	574	5
Fátima	664	6	M ^a Orminda	821	8	Santo Inácio	520	5
Romana	487	5	Palha	4142	40	Vila Operária	4693	44
			Prata	55	1			
Total de Formulários = 53			Total de Formulários = 70			Total de Formulários = 61		

Fonte: Godinho, Taysa Kennia (2016). "Cidade patrimônio da humanidade e desenvolvimento turístico: percepções sobre a realidade de Diamantina, MG". Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH). Universidade de São Paulo (USP).

A coleta de dados foi realizada no período de outubro a novembro de 2015, em horários diferentes no período diurno, e tanto em dias normais da semana quanto nos finais de semana e feriados.

3. A comunidade nos destinos Patrimônio da Humanidade

São poucos os estudos que discutem o envolvimento da comunidade autóctone no contexto do Patrimônio Mundial, principalmente que investiguem especificamente o ponto de vista das comunidades pertencentes a WHS (Jimura, 2011). Na literatura nacional ressaltam-se, o estudo de Widmer (2007) que analisa os efeitos do WHS em Fernando de Noronha; de Silva (2013) que aborda a marca UNESCO e as possibilidades ou não, de práticas preservacionistas no centro histórico da cidade de São Luís-MA e Joko-Veltman (2004) que discute as relações entre o turismo e o desenvolvimento sustentável em Brasília.

No âmbito internacional, destaca-se a pesquisa de Jimura (2011), que examina a percepção dos moradores de Ogamachi, localizado na aldeia rural de Shirakawa-mura, acerca das principais mudanças e impactos socioculturais, econômicos e físicos ocorridas no destino desde sua designação como WHS. É importante salientar alguns pontos deste estudo em especial, por trazer resultados que se assemelham à discussão proposta neste artigo, como a constatação que após a titulação houve um incremento da demanda turística na aldeia, que permaneceu ao longo dos anos. Verificou-se também, dentre os impactos ambientais em Shirakawa-mura, um aumento de empreendimentos como restaurantes, lojas de artesanato, estacionamentos e simultaneamente uma diminuição dos alojamentos no entorno. Observou ainda, que a maior parte da visitação ao destino era realizada pelos turistas domésticos. Por fim, traz como conclusão, que o título de WHS além de trazer impactos positivos e negativos significativos, possibilita um rápido desenvolvimento da atividade turística (Jimura, 2011).

Outra investigação semelhante realizada em Georgetown, capital de Penago na Malásia, constatou que a maioria dos entrevistados aceitava o *status* de WHS de Georgetown e acreditavam que o título provocava um impacto positivo para os empreendimentos locais além de contribuir para a conservação do patrimônio. Ainda como resultado, verificou-se que os entrevistados viam o turismo como um agente tempestuoso ao patrimônio da cidade; que havia pouca participação dos atores locais na gestão local do turismo, e identificou-se que metade dos entrevistados se diziam satisfeitos com a gestão do

patrimônio (Omar *et al.*, 2013). Para Nicholas (2009), a participação e o envolvimento dos autóctones é essencial para promover o desenvolvimento sustentável do turismo, já que o apoio e as percepções dos moradores são fundamentais para garantir a integridade do destino e seu desenvolvimento turístico a longo prazo. Em seu estudo sobre o destino de Angkor, um WHS, identificou que mesmo com a ausência do envolvimento dos moradores na gestão, a maioria dos respondentes indicaram que a designação do destino foi um feito memorável para o local. Percebeu também, junto aos moradores, uma necessidade de gestão que promovesse uma maior participação da população local.

Outro estudo que pode aqui ser citado, é o de Svets (2015) intitulado *A Comparative Study of the High Coast (Sweden) and Kvarken Archipelago (Finland)* que apresenta um estudo comparativo entre as regiões da Costa Alta (Suécia) e Kvarken Arquipélago (Finlândia), em que verifica a importância marginal da designação de WHS “para a maioria dos moradores não envolvidos no processo” e a apatia daqueles que “parecem menos propensos a se identificar com a preposição de identidade WHS” (197, Svets, 2015). Estes estudos apontam que o envolvimento dos atores locais nas políticas públicas é um fator essencial para promover o um maior comprometimento com a sustentabilidade, conservação e promoção do patrimônio. Estas pesquisas verificaram que o título de WHS contribui de fato para acelerar o desenvolvimento turístico de muitas localidades, e que de modo geral, há pouco ou nenhum envolvimento da população na elaboração e definição das políticas públicas.

A dificuldade de envolvimento da comunidade nas questões de patrimônio e turismo pode estar associada a inúmeros fatores, que certamente precisam ser identificados e compreendidos para que possam ser gerenciados. É desta preocupação que emergem os elementos que norteiam as discussões propostas neste artigo.

3.1 Diamantina e sua trajetória como destino turístico

A cidade de Diamantina, localizada no Estado de Minas Gerais, Brasil, se destaca como um polo regional do Vale do Jequitinhonha em função da estrutura de comércio e de serviços e por estar inserida na Cordilheira do Espinhaço Meridional² (Figura 2). Esta região, anteriormente conhecida como o Vale da Pobreza e Vale da Miséria destaca-se com os mais elevados índices de analfabetismo no Brasil. Embora esteja marcada pelo estereótipo de pobreza até os dias atuais e ainda tenha a presença do garimpo agredindo o meio ambiente, é uma região de contrastes revelada no imenso potencial cultural e natural, no patrimônio e no artesanato reconhecido internacionalmente³ (Soares, 2000; Nascimento, 2009; UFMG, 2016).

Figura 2 – Localização geográfica de Diamantina em Minas Gerais



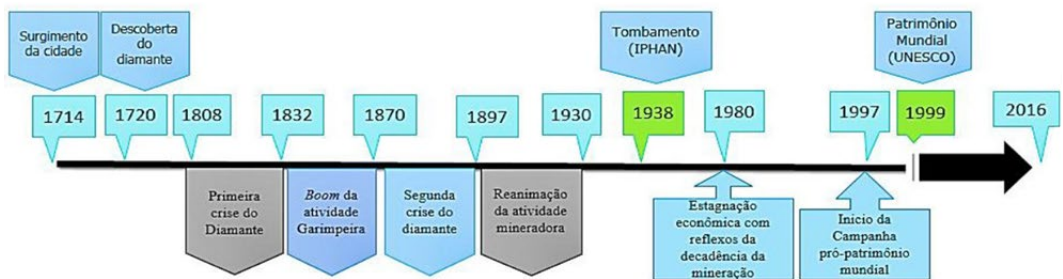
Fonte: UFVJM, 2013.

A preservação do patrimônio de Diamantina deve-se em parte ao seu isolamento ocasionado pela distância dos principais centros urbanos e pelas dificuldades de acesso, que tem sido gradualmente superada nas últimas décadas, mas que ainda é um dos entraves na sua consolidação como destino turístico. (Alves, 2011; Silveira e Medaglia, 2014). A cidade tem um papel relevante na economia e no desenvolvimento da região, e por esse fator foi considerada em 2007, um dos Polos Indutores de Desenvolvimento Turístico pelo Ministério do Turismo, além de se configurar como principal destino do Circuito dos Diamantes (Alves, 2011; Silveira e Medaglia, 2014).

De fato, este papel de polo regional de desenvolvimento está presente na trajetória histórica local, desde o período do Brasil Colônia em decorrência da mineração de diamantes. O universo que se desenvolveu no entorno da mineração, contribuiu para a construção da identidade local e o atual engajamento no turismo, pois a partir dele se estabeleceram no município as edificações, igrejas, costumes, culinária, festejos, dentre outros patrimônios em Diamantina, tombados pelo IPHAN e reconhecidos pela UNESCO (Costa, 2009; Silveira, 2012).

A atividade de mineração de diamantes na região, sofreu um longo processo de transformação partir do séc. XIX, apresentando profundas oscilações entre o apogeu e o declínio da extração do diamante, conforme por ser visto na linha temporal (Figura 3).

Figura 3 – Dinamização histórica e temporal de Diamantina



Fonte: Produção da autora com base em Martins, 2004.

Com o esgotamento gradativo das jazidas que se iniciou no ano de 1870, a cidade se tornaria um importante centro têxtil do Estado de Minas Gerais, com a instalação de fábricas que foram essenciais para sustentar sua economia frente a decadência da mineração (Martins, M., 1992; Amormino e Neves 2007). A partir da década de 1930, houve um período de desindustrialização com o fechamento de pequenas fábricas (Martins, M., 2000) e ao longo desta trajetória, surgiram outras alternativas econômicas como manufaturas, pequenas fábricas, comércio e a insistente mineração.

Na década de 1980, ainda vivendo os reflexos da decadência da mineração, a cidade iniciou um intenso trabalho para se transformar em um destino de visitação turística, com o apoio da chancela de Patrimônio, promover o desenvolvimento, captar investimentos, fortalecer e incentivar o turismo na região visto que o título possibilitaria que o local recebesse uma atenção especial tanto por parte da UNESCO, quanto pelo Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) e Ministério do Turismo (MTUR) (Mendonça *et al.*, 2006; IPHAN, 2016b). E em 1997, após 60 anos do tombamento pelo IPHAN, a cidade se encontrava diante a um cenário crítico em sua economia, com alto índice de desemprego devido à perda da importância econômica da mineração, um comércio enfraquecido e a desindustrialização local (Mendonça *et al.*, 2006). Nesse contexto o turismo se apresentava como única alternativa de atividade econômica para o município, o que explica os esforços excepcionais na busca do título de patrimônio da Humanidade. Dentre os monumentos tombados e que contribuíram para que Diamantina recebesse o título WHS destacam-se:

Figura 4 – Passadiço da Glória

Fonte: Prefeitura Municipal de Diamantina (2016).

– *Passadiço da Glória* (Figura 4) - Um dos cartões-postais de Diamantina, trata-se dois sobrados de épocas e estilos diferentes interligados por uma ponte sobre a rua da Glória. Sede do Centro de Geologia da UFMG, o espaço é aberto à visitação e tem no seu acervo mapas geológicos, fotografias, amostras de quartzos e diamantes.

Figura 5 – Mercado Velho

Fonte: Prefeitura Municipal de Diamantina (2016)

– *Mercado Velho (Antigo Pouso de Tropeiros)* (Figura 5) - Construído em 1835, era ponto de venda de mercadorias trazidas por tropeiros. Atualmente, uma feira de hortifrutigranjeiros é realizada aos sábados pela manhã.

Figura 6 – Casa de Chica da Silva

Fonte: Prefeitura Municipal de Diamantina (2016)

– *Casa de Chica da Silva* (Figura 6) - Casa onde viveu a escrava Chica da Silva nos anos de 1763 a 1771. Francisca da Silva é uma das personagens mais populares na história do Brasil. Ex-escrava, viveu uma vida de rainha branca em pleno período do escravagismo.

Figura 7 – Casarão do Fórum



Fonte: TripAdvisor, 2016

– *Casarão do Fórum* (Figura 7) - Sobrado que do século XVIII, provavelmente serviu inicialmente a famílias com poder aquisitivo elevado para a época. No ano de 1864 serviu como residência do primeiro bispo de Diamantina, Dom João Antônio dos Santos que posteriormente se mudou para a Casa da Glória. Foi também sede do prédio de Câmara e Cadeia e atualmente funciona como Fórum Municipal.

Figura 8 – Museu do Diamante



Fonte: TripAdvisor, 2016

– *Museu do Diamante* (Figura 8) - Antiga casa do inconfidente Padre Rolim, um dos maiores implicados na conjuração mineira de 1789. Hoje, reúne objetos dos séculos XVII a XIX, como utensílios utilizados na mineração de diamantes, oratórios, armas, louças, obras de arte e mobiliário de época.

Estes e outros bens tombados na cidade concentram-se, em sua maioria, no centro histórico e são abertos à visitação turística e contam com recepcionistas que orientam a visitação ao atrativo. Os moradores que desejam fazer uma visitação estão isentos do pagamento de taxa. Estes são alguns dos monumentos que compõem o acervo arquitetônico da cidade e atualmente representam a oferta turística local.

É importante lembrar que a essência do patrimônio está nos valores atribuídos a ele pela sociedade. Por isso, ao considerar o seu uso turístico torna-se imprescindível realizar uma série de intervenções em nível local, de forma a compreender a relação estabelecida entre comunidade e o patrimônio e fortalecer estes vínculos, a partir de da elaboração e implementação de políticas públicas condizentes com a realidade do destino e que venham a incentivar o sentimento de pertencimento que por sua vez, será refletido na atividade turística

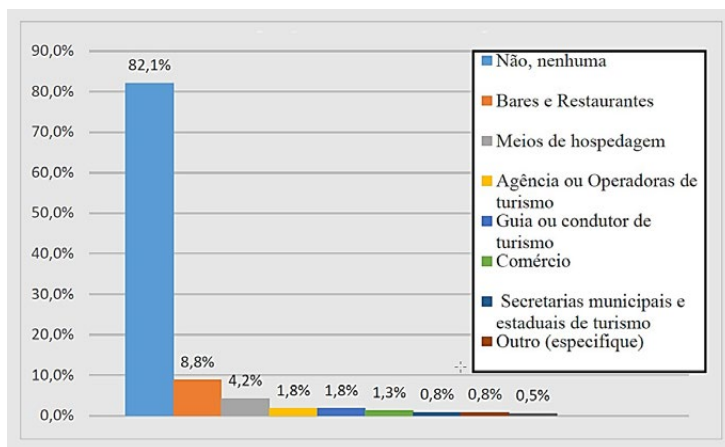
3.2. A comunidade local e suas relações com o turismo e o patrimônio

O envolvimento dos moradores locais nas decisões e ações de planejamento local do turismo é importante para que a compreensão sobre a gestão do patrimônio reflita nestes, o sentimento de comprometimento

com a sustentabilidade, conservação e promoção dos bens tombados. Este deve ou deveria ser o princípio da construção do desenvolvimento local.

O turismo é um importante elemento na economia de diversos países como no Brasil, seus estados e municípios. Ele tem a possibilidade de abranger diferentes atividades como meios de hospedagem, alimentação dentre outras atividades que refletem economicamente em um destino, dinamizando sua economia, gerando emprego e renda. O contato mais próximo com a comunidade ofereceu uma oportunidade para identificar suas percepções acerca da relação entre patrimônio e o turismo. Dentre os benefícios desejados pelo município com a implementação da atividade turística ressalta-se a dinamização da economia, por meio da geração de empregos e divisas, situação que não foi revelada na consulta aos moradores, pois se verificou que a maioria dos entrevistados 82,1%, nunca tiveram uma ocupação relacionada ao turismo (Figura 9).

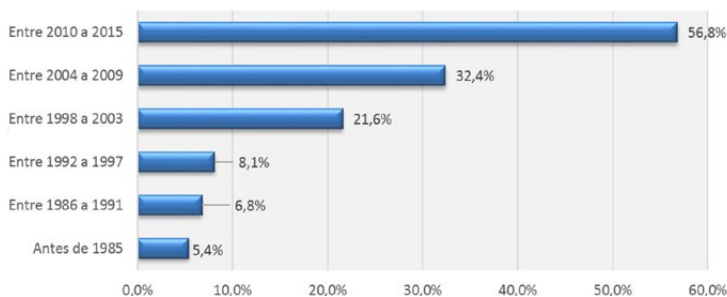
Figura 9 – Residentes que já tiveram uma ocupação/trabalho com o turismo



Fonte: elaborado pela autora com base nos dados obtidos em 2015

Ao verificar apenas o percentual dos entrevistados que atuaram no turismo (17,9%), percebe-se que 8,8% desenvolveram suas atividades profissionais no setor de alimentação; 4,2% nos meios de hospedagem; 1,8% em agências de turismo; 1,8% como guias de turismo. Os menores percentuais apontados são lojas de artesanato (1,3%), atrativos ou parques e secretaria de turismo (0,8%) (Figura 10).

Figura 10 – Período em que os entrevistados exerceram uma ocupação no turismo

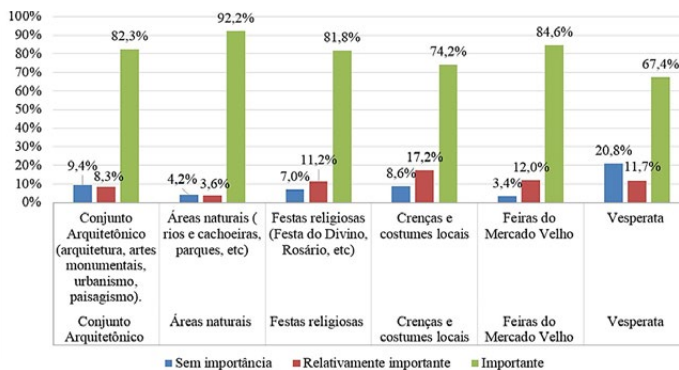


Fonte: elaborado pela autora com base nos dados obtidos em 2015.

É possível observar que o período de 2010 a 2015 destaca-se como o de maior empregabilidade (56,8 % dos entrevistados no período). Antes do ano de 1992, nota-se uma estagnação no turismo, período que a atividade ainda não era incentivada pelo governo e não fazia parte das políticas públicas locais (Figura 10). A maior parte dos entrevistados está formalmente empregada (68,9%), e este se divide em efetivos (44,6%) e temporários (24,3%), além dos empregados informalmente (18,9%) e aqueles que são proprietários (18,9%). Os dados apontados refletem o cenário nacional de desenvolvimento turístico no Brasil, que nos anos noventa elaborou e implementou uma política nacional; “que buscava valorizar os recursos naturais e culturais e, a necessidade de sensibilizar o setor para ver o país não apenas como um lugar de recursos privilegiados, mas conseguir efetivamente transformar estes recursos em produto turístico [...]” (56, Solha, 2004), e como consequência muitas cidades investiram no setor, enquanto abalos no mercado internacional influenciaram a demanda de visitantes ao país (Oliveira, 2009).

Com o intuito de verificar o que a população considera como legado para as futuras gerações, solicitou-se aos entrevistados que apontassem em ordem de importância, os atrativos que compõem a oferta turística local. Verifica-se que todos os itens desta questão são considerados pelos entrevistados como relevantes bens a serem legados as próximas gerações, com ênfase para as Áreas Naturais, que destacaram-se como o bem de maior importância (92,2 %), seguido pelas feiras do Mercado Velho (84,6%), pelo Conjunto Arquitetônico (82,3%), pelas Festas Religiosas (81,8%), pelas Crenças e Costumes Locais (74,2%) e pela Vesperata (67,4%) (Figura 11). O valor da relevância para estes bens parece estar associado à relação de proximidade e uso destes, pois quanto menos uso, menor apropriação e vice-versa. As áreas naturais, por exemplo, se caracterizam como espaços de lazer gratuito e de fácil acesso, uma vez que estão próximos ao centro urbano.

Figura 11 – Importância dos patrimônios locais para residentes



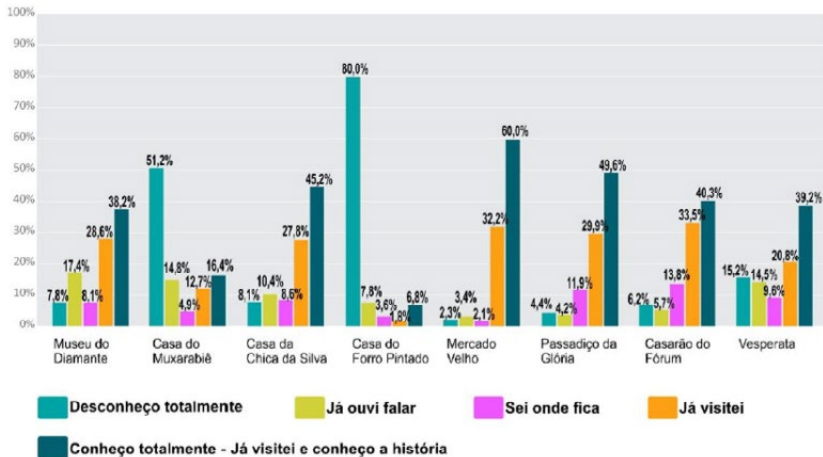
Fonte: organização da autora com cabe nos dados obtidos em 2015.

Estes dados reforçam que entender de que forma os residentes interagem com os bens tombados, se torna primordial para delinear outros e novos usos de interação, a partir do que a comunidade define como sua identidade cultural (Ribeiro, 2005). Importante destacar, que um dos critérios para que um determinado bem seja tombado é o “significativo” que reforça a importância dos residentes definirem o que é para eles é considerado patrimônio a partir do significado atribuído aos bens, que por sua vez tem relação com o uso, com as necessidades e com o período temporal vivido (Bastos, 2004; Costa, 2012). Ressalta-se que 20,8% dos respondentes consideram a Vesperata “sem importância” de ser preservado e 17,2% veem às “crenças e costumes locais” com grau de “relativamente importante” a ser legado. A Vesperata, com origem datada do século XVIII, foi resgatada e reformulada como uma das ações para pleitear o título de WHS como uma das representações da cultura diamantinense, enquanto que as crenças e costumes locais são responsáveis por ressaltar as particularidades do destino. Esta menor relevância parece indicar que as expressões culturais não são consideradas patrimônios de maior importância para preservação. É possível observar nas apresentações da Vesperata, que o público predominante neste evento são os turistas. O baixo volume de moradores deve-se ao direcionamento do evento, voltado quase que exclusivamente aos turistas; aos custos para participação (o valor pago

para se adquirir uma mesa), e ainda o local onde se realiza, uma vez que os residentes de bairros mais distantes não veem o centro histórico como espaços de lazer. A associação destes fatores contribui para configurá-lo como uma atividade pouco atrativa, e menos acessível para os residentes.

Com o intuito de averiguar o conhecimento dos moradores sobre os bens que compõem o acervo histórico tombado pelo IPHAN, solicitou-se aos entrevistados que apontassem o seu nível de conhecimento entre “desconheço totalmente” e “conheço totalmente” o que significa que já visitou e conhece também a história. Em síntese, observa-se que a maioria dos entrevistados está familiarizada com os bens indicados e que o nível de conhecimento pode estar associado a diversos fatores como proximidade, facilidade de acesso, ações de educação patrimonial inseridas nos programas educacionais da cidade, visibilidade na mídia e também do uso cotidiano destes espaços. Segue detalhadamente cada bem apontado na Figura 12:

Figura 12 – Conhecimento dos residentes sobre o patrimônio local



Fonte: elaborado pela autora com base nos dados obtidos em 2015

- Museu do Diamante - 38% dos entrevistados afirmaram “conhecer totalmente” o bem, seguido de 28% que “já o visitaram”. Somados estes percentuais, tem-se que mais da metade dos entrevistados conhecem o atrativo, totalizando 66% (Figura 12).
- Casa de Chica da Silva - É “conhecida totalmente” por 45,2% dos entrevistados e 27,8% que afirmaram “já o terem visitado”. A familiaridade e o grau de conhecimento com a casa de Chica da Silva pode estar ligada à grande visibilidade de Francisca da Silva, conhecida por sua forte personalidade e que já foi tema de filmes e minisséries gravadas em Diamantina e transmitidos na TV aberta (Figura 12).
- Casa do Forro Pintado e Casa de Muxarabiê – São os bens menos conhecidos 80% e 51,2% respectivamente. Ressalta-se que ambos estão localizados em ruas com grande circulação de pessoas. A Casa de Muxarabiê não passa despercebida, devido as suas características originais, como o balcão de procedência moura original. Além disso, é de fácil acesso, tem visitação gratuita e ainda sedia a biblioteca pública Antônio Torres. O desconhecimento apontado pelos moradores é uma situação muito intrigante. Enquanto que a Casa do Forro Pintado, de propriedade da Mitra Arquidiocesana, destaca-se como o monumento menos conhecido, provavelmente em decorrência ao longo período em que esteve fechado, para realização de intervenções de restauração, que se iniciaram em 2004 (Figura 12).
- Mercado Velho - Sede das feiras culturais, teve maior percentual em conhecimento, 60% dos entrevistados revelaram “conhecê-lo totalmente”, já visitaram e conhecem sua história (Figura 12).
- Passadiço da Glória - Um dos principais cartões postais da cidade, foi indicado em segundo lugar na escala, com grande percentual, 49,6% da população que a “conhece totalmente”. Nota-se que o monumento localizado em uma das principais ruas de acesso ao centro histórico, universidades, cursos pré-vestibulares, escolas infantis, prefeitura municipal, dentre outros pontos de grande

circulação de pessoas. O próprio formato do monumento desperta a curiosidade do morador, por se tratar de dois casarões interligados por uma ponte sobre a Rua da Glória (Figura 12).

- Casarão do Fórum - Tem um relevante percentual de conhecimento, com 40,3% que “conhece totalmente” e 33,5% que “já visitaram”. Um dos indícios pode estar associado a se tratar de um prédio público e aberto diariamente (Figura 12).
- Vesperata - O evento apontou como conhecido por 60% dos respondentes ao somar os respondentes que “já visitaram” (20,8%) o evento e os que “conhecem totalmente” (39,2%) (Figura 12).

Com relação ao envolvimento dos moradores nas políticas públicas municipais, os entrevistados afirmaram ter pouca participação nas discussões tanto sobre turismo (80%) quanto patrimônio (80,3%), e dentre as justificativas apontadas, constata-se a ausência de divulgação dos encontros e atividades (66,5%). Percebe-se ainda um desinteresse entre os entrevistados pelo assunto patrimônio (66,5%), enquanto que pelo turismo é o inverso, há um percentual bem menor de desinteressados (18,4%). Foi indicado ainda, que o horário que comumente é estabelecido para os espaços de discussões não condiz com o horário comercial (18,4%).

É importante refletir sobre este resultado e sua relação com o momento em que o turismo e o patrimônio começam a ser temas discutidos na cidade. A dinâmica do processo de busca do título mundial teve um viés econômico fundamentado na necessidade de fomentar a atividade turística, ao invés de um pensamento preservacionista da cultura local que consequentemente viria a incentivar o turismo na região. Partindo deste pressuposto, é possível compreender porque temáticas tão abordadas nas discussões da gestão pública causam indiferença e muitas vezes estranheza.

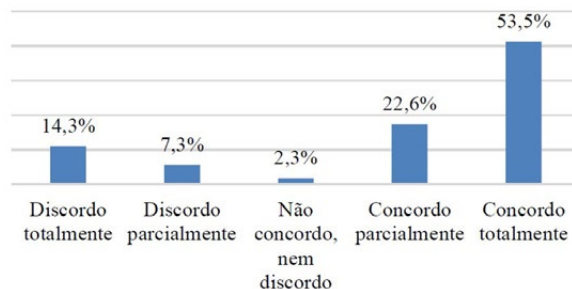
Há também outra questão, os debates acerca do turismo e do patrimônio, ocorrem geralmente no centro histórico e não em espaços coletivos e de uso frequente do morador do município. Em se tratando de uma cidade com clara disparidade social e cultural entre os bairros equidistantes do centro, pode-se dizer que estas diferenças associadas à distância física contribuem para restringir o acesso e a participação.

Assim, verifica-se a necessidade premente de promover uma política participativa, voltada a realidade e as necessidades da população, construindo um caminho para se chegar ao morador.

Para verificar a percepção dos entrevistados sobre os impactos da atividade turística, tomou-se como referência a pesquisa de Ribeiro (2012), intitulada *“The Host-Tourist Interaction in a World Heritage Site: The Case of Guimarães”* que analisa a percepção dos moradores sobre os impactos da atividade turística, através da aplicação de formulários em uma amostra por conveniência e destaca como um dos resultados a vivência de um aumento ininterrupto de visitantes após a nomeação de patrimônio mundial pela UNESCO. Assim, após estudar a pesquisa citada, construiu-se algumas questões onde o entrevistado foi convidado a apontar numa escala *Likert* de 5 pontos, da discordância total até concordância total a partir de algumas afirmativas. (Mattar, 2001; Garcia, 2015).

Dos entrevistados, 53,5% concordam totalmente com a afirmativa enquanto 22,6% concordam parcialmente; 14,3% discordam totalmente; 7,3% discordam parcialmente e 2,3% não concordam nem discorda. Ao somar os entrevistados que concordam (totalmente e parcialmente), tem-se um total de 76,1% que consideram o turismo como uma atividade positiva para a economia local, e que atrai negócios e empregos (Figura 13).

Figura 13 – O turismo atrai negócios e oportunidades de emprego para a cidade.



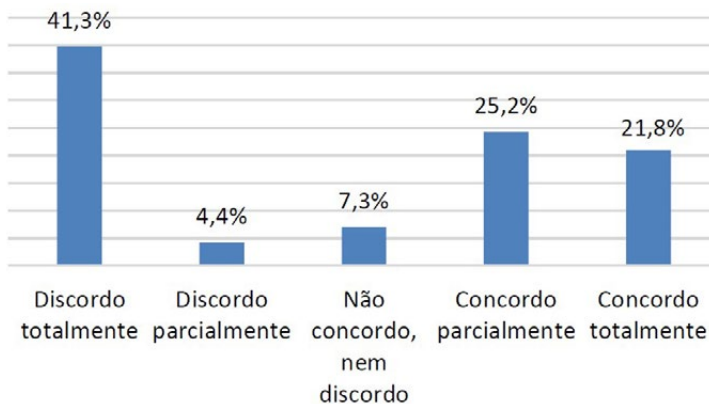
Fonte: elaborado pela autora com base nos dados obtidos em 2015

Importante destacar, que e as primeiras políticas públicas de turismo efetivas no Brasil surgem na década de 1960 e questões relacionadas ao turismo ou a preservação do patrimônio até então não faziam parte das políticas públicas do governo. Em Diamantina, por quase 60 anos também não haviam políticas públicas voltadas a atividade turística, embora na cidade já houvesse um tímido fluxo de visitantes. Acontece que, este baixo índice de demanda turística não era capaz de retirar o município da condição de estagnação econômica que se encontrava (Martins, 1992). Com a quase extinção das atividades garimpeiras, as alternativas de trabalho e renda de fato começaram a ser escassas na região e não recebiam a atenção merecida do poder público. No decorrer de sua trajetória histórica, o turismo foi visto pela gestão municipal como a única alternativa viável para o desenvolvimento local. Percebeu-se uma grande tendência em silenciar outras tentativas de reanimação econômica que ocorreram na cidade, como por exemplo a instalação de pequenas indústrias e manufaturas (Martins, 1992).

Assim, Diamantina opta pelo turismo de forma meramente econômica o que veio a trazer consequências ao destino, já que a atividade progressivamente transforma-se em um grande negócio, onde em tese, se devesse aproveitar das oportunidades para explorar financeiramente o visitante ao invés de explorar positivamente a atividade turística (Martins, 1992).

Dos entrevistados, 41,3% discordam totalmente com a afirmativa; 4,4% discordam parcialmente; 25,2% concordaram parcialmente com os efeitos positivos do turismo na própria vida; 21,8% concordam totalmente com esta questão e 7,3% não concordam nem discordam. Para esta questão, prevalece o grau de discordo (total e parcialmente) que o turismo traga efeitos benéficos para a vida do cidadão. Isto significa que a maioria dos respondentes não estão inseridos na cadeia do turismo e também não percebem benefícios indiretos da atividade (Figura 14).

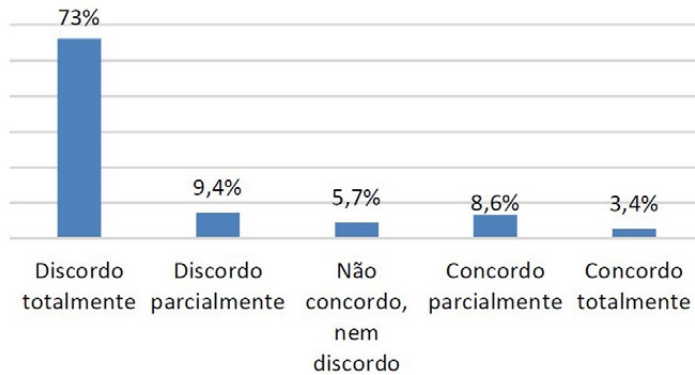
Figura 14 – O turismo traz efeitos benéficos para minha vida



Fonte: elaborado pela autora com base nos dados obtidos em 2015

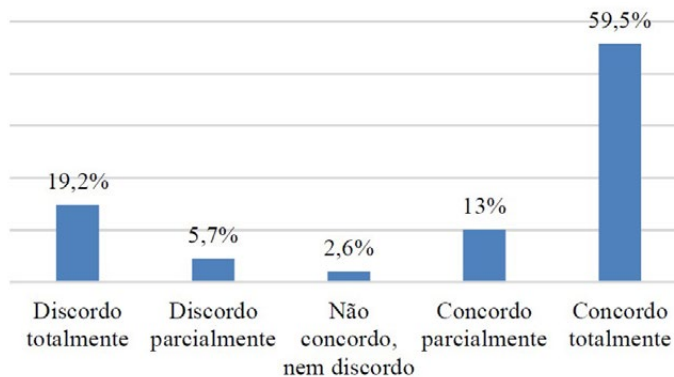
Sabe-se que um dos benefícios do turismo está na dinamização da economia, com geração de empregos e divisas. Assim, ao correlacionar esta questão com a anterior “O turismo atrai negócios e oportunidades de emprego para a cidade”, nota-se que os entrevistados concordam com que o turismo trouxe maiores oportunidades de emprego e renda para o destino. Entretanto os entrevistados não se sentem beneficiados direta ou indiretamente pelo turismo.

Nesta questão, observa-se que 73%, mais da metade dos entrevistados, discordam totalmente desta assertiva; 9,4% discordam parcialmente; 8,6% concordam parcialmente; 5,7% não concordam nem discordam e 3,4% concordam totalmente. Percebe-se que o maior número percentual dos respondentes, 82,4%, discordam (totalmente e parcialmente) que o turismo traga efeitos negativos a própria vida (Figura 15).

Figura 15 – O turismo traz efeitos danosos para minha vida

Fonte: elaborado pela autora com base nos dados obtidos em 2015.

Esta questão indicou que 59,5% dos entrevistados concordam totalmente com a afirmativa; 13% concordam parcialmente; 19,2% discordam totalmente; 5,7% discordam parcialmente e 2,6% não concordam nem discordam. Tem-se aqui que a maioria dos entrevistados concordam (72,5 - totalmente/parcialmente) com o reconhecimento da cidade como Patrimônio Mundial (Figura 16).

Figura 16 – Diamantina merece o reconhecimento de Patrimônio da Humanidade

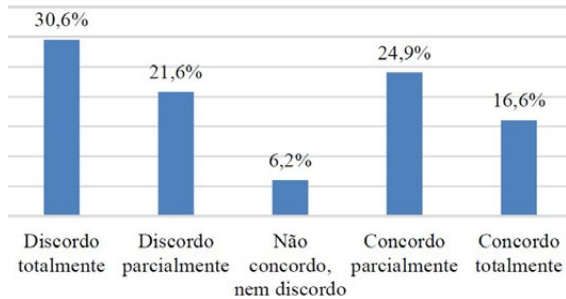
Fonte: elaborado pela autora com base nos dados obtidos em 2015.

Em consonância com esta observação, a pesquisa de Nicholas *et al.* (2009) também identifica a ausência do envolvimento dos moradores na gestão de Angkor Patrimônio Mundial, o que reflete negativamente na sustentabilidade do destino. Observa-se que assim como foi verificado nos estudos de Nicholas *et al.* (2009), os moradores de Diamantina acreditam que a designação foi uma grande realização e também que é necessário uma gestão política que incorpore o envolvimento da comunidade.

Verifica-se com os dados apresentados até aqui, que a maioria dos moradores reconhecem a cidade como merecedora do título de Patrimônio Mundial. Entretanto, o número de entrevistados que concordam parcialmente e não concordam (totalmente; parcialmente) merecem atenção, pois, constata-se que a população não se apropriou do seu patrimônio e não reconhece sua cultura, o que indica a necessidade de se construir e/ou fortalecer as relações entre comunidade e patrimônio, através de um profundo trabalho de reconhecimento cultural, que revele o que a população considera parte de sua cultura e o que reconhecem como a gênese cultural própria da história de Diamantina.

Aqui, obteve-se o resultado percentual de 30,6% que discordam totalmente; 21,6% discordam parcialmente; 16,6% concordam totalmente com a afirmativa e 24,9% que concordam parcialmente. Não concordam nem discordam equivaleu a 6,2%. O resultado apontou desta forma, que os entrevistados discordam que as programações culturais locais sejam pensadas tanto para o turista quanto para o morador (Figura 17).

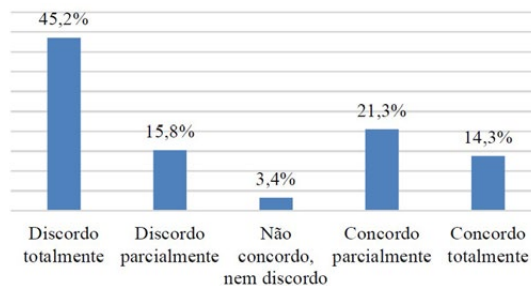
Figura 17 – As programações da cidade são pensadas para o turista e para o residente.



Fonte: elaborado pela autora com base nos dados obtidos em 2015

Os dados obtidos revelaram que 45,2% dos entrevistados discordam totalmente da afirmativa; 21,3% concordam parcialmente; 15,8% discordam parcialmente; 14,3% concorda totalmente e 3,4% não concordam nem discordam. Como resultado final tem-se que a maioria dos entrevistados discordaram que as programações da cidade são divulgadas para a população (Figura 18).

Figura 18 – Os eventos e atrações da cidade são divulgados para a população.



Fonte: elaborado pela autora com base nos dados obtidos em 2015

Percebe-se que os entrevistados concordam com a outorga do título e que o turismo trouxe maiores oportunidades de emprego e renda para o destino. Entretanto, os entrevistados na amostra, não se sentem beneficiados direta ou indiretamente pelo turismo. Verifica-se também que há desinformação sobre as programações e eventos que acontecem no destino e que estes não são pensados para a comunidade.

4. Considerações finais

A cidade de Diamantina (MG) tem sua origem ligada à mineração, tombada como Patrimônio Nacional em 1938 pelo IPHAN e reconhecida como Patrimônio Mundial em 1999 pela UNESCO; momento em que deu início a investimentos locais em *prol* do desenvolvimento da atividade turística, com a crença que a visibilidade proporcionada em razão do título à cidade, atrairia um maior número de visitantes.

É neste contexto que se propôs verificar a percepção da comunidade local sobre a experiência de ser residente numa Cidade Patrimônio Mundial, e suas relações com o patrimônio e turismo. Assim a análise do envolvimento da população nas questões relacionadas ao turismo e ao patrimônio, constatou-se uma baixa participação dos moradores em encontros voltados as discussões sobre planejamento e gestão destes. Constata-se ainda, sendo que a maioria dos entrevistados, não vê benefícios diretos da

atividade turística. Isto é, não percebem efeitos benéficos desta atividade para a vida do cidadão, o que pode estar associado a pouca compreensão sobre a cadeia produtiva do turismo.

Importante destacar, que mais da metade dos entrevistados nunca atuaram direta ou indiretamente no setor do turismo e embora não percebam os benefícios da atividade também não demonstram contrariedade.

Ao verificar o que é considerado importante a ser preservado às gerações futuras, ou seja, o que os entrevistados reconhecem como patrimônio, observa-se uma consciência preservacionista dado o elevado grau de importância atribuído aos bens tomados. Entre os espaços de memória que foram apontados como legados a serem preservados, se destacam as Áreas Naturais e as Feiras no Mercado Velho (patrimônio natural e cultural) que são locais de experiências e vivências da população. Assim, tem-se como divergências, o que foi tombado e reconhecido por órgãos públicos e entidades internacionais (conjunto arquitetônico) e o que a população realmente considera como patrimônio cultural, onde principalmente as áreas naturais são para os residentes o bem de maior importância a ser legado.

Os resultados indicaram que a maioria dos entrevistados conhecem os bens tombados indicados nos formulários e possuem diferentes graus de familiarização com estes, fato que pode estar relacionado a questões de proximidade física, facilidade de acesso, ou mesmo resultado dos programas educacionais ofertados pelo município, dentre outros fatores que contribuíram para que alguns monumentos se destacassem. Há ainda, pouca valorização do que é expressão cultural própria do local, fato que pode estar relacionado à ausência de identificação e de reconhecimento cultural.

Constatou-se que o desenvolvimento turístico de Diamantina se intensificou após a chancela de Patrimônio Mundial, que na cidade estabeleceu-se como uma alternativa econômica frente ao acanhado dinamismo econômico interno. O período compreendido entre 2010 a 2015 se mostrou como de maior empregabilidade (56,76%) no setor do turismo, sendo que o setor de alimentação destacou-se com o maior percentual dentre os segmentos da área, fator que pode estar associado a grande rotatividade de funcionários. Verificou-se que as programações culturais não são planejadas e promovidas para o morador, e em decorrência conta com a pouca presença e reconhecimento destes, percebida facilmente nos espaços e eventos de lazer.

Com relação a percepção geral da população sobre o turismo, verificou-se que os moradores compreendem a importância da atividade turística local para a atração de divisas, negócios e oportunidades de emprego e que os entrevistados reconhecem que a cidade foi merecedora do título de Patrimônio Mundial, embora, impactos positivos advindos do turismo na vida do residente não sejam percebidos. Verifica-se a necessidade de estabelecer ou aperfeiçoar os canais de comunicação entre comunidade e poder público para que os programas (eventos e outras atrações) sejam mais acessíveis e aproximem a população do seu patrimônio, uma vez que os entrevistados revelaram um alto grau de marginalidade nas políticas públicas locais.

Salienta-se a importância de um planejamento que invista em ações de educação patrimonial, no resgate cultural e que fortaleça a identidade local, pois, uma vez que a não apropriação da população por seu patrimônio indica a necessidade de se construir e/ou fortalecer as relações deste último com a comunidade, já que este destino turístico se apoia no seu patrimônio cultural como principal atrativo, é imprescindível que os moradores estejam sensibilizados e sejam aliados na preservação, contribuindo também para que simples passeios turísticos se transformem em verdadeiras experiências, através do intercâmbio cultural.

Por fim, diante dos resultados obtidos neste estudo, ressalta-se a necessidade de políticas públicas que envolvam a população e de um planejamento turístico estratégico, que possibilite ao destino se tornar competitivo no mercado e atrair um maior fluxo de visitantes.

Bibliografia

Alves, Erika de Paula.

2011. *Por uma caracterização do turismo em Diamantina: estratégias possíveis de interpretação do patrimônio*. Dissertação (Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável) – UFMG, BH.

Borges, M.R., Marujo, N. & Serra, J.

2013. *Turismo cultural em cidades patrimônio mundial: a importância das fontes de informação para visitar a cidade de Évora*. *Tourism and Hospitality International Journal*, 1, 137-156.

Costa, Everaldo Batista da.

2011. *Totalidade urbana e totalidade-mundo: as cidades coloniais barrocas face a patrimonialização global*. Tese (Doutorado) – Curso de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 445 f.

- Costa, Everaldo Batista da.
2009. *A dialética da construção destrutiva na consagração do patrimônio mundial*. São Paulo: Humanitas, p. 37-57.
- Garcia, Antônio Carlos.
2010. "Tópicos de Estatística Básica". 1 ed. São Paulo.
- Gonçalves, Cristiane Souza.
2010. *Experimentações em Diamantina, um estudo sobre a atuação do SPHAN no conjunto urbano tombado 1938-1967*. Tese (Doutorado – Área de Concentração: História e Fundamentos da arquitetura e do Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo. Instituto Terrazul.
2009. "Diamantina comemora dez anos de título de Patrimônio Cultural da Humanidade". Disponível em: <<http://www.terrazul.org.br/Noticias/interna.php?id=94>>. Acesso em: 17 fev. 2016.
- Jimura, Takamitsu.
2011. "*The impact of world heritage site designation on local communities - A case study of Ogimachi, Shirakawa-mura, Japan*". Tourism Management. 32 v. n. 2, p. 288-296.
- Joko-Veltman, Carlos Fernando.
2004. *Brasília, patrimônio da humanidade: uma interpretação para o turismo cultural*. Especialização em Gestão e Marketing do Turismo. Universidade de Brasília, Brasília, DF, 123 f.
- Mattar, F.N.
2001. *Pesquisa de Marketing*. Edição Compacta. São Paulo, SP: Atlas.
- Mendonça, Marcelo Pereira de *et al.*
2006. "Evolução do mercado de trabalho no turismo em Diamantina: uma contribuição para reflexões de estratégias voltadas para o desenvolvimento local". *Anais... In: XII Seminário sobre a Economia Mineira*. Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais. Diamantina, MG.
- Nascimento, Elaine Cordeiro do.
2009. "Vale do Jequitinhonha: Entre a carência social e a riqueza cultural". *Revista de Artes e Humanidades*, nº 04, Oct.
- Omar, Shida Irwana *et al.*
2013. "George Town, Penang as a World Heritage Site: The Stakeholders' Perceptions". *Procedia - Social And Behavioral Sciences*, p. 88-96, 91 p.
Prefeitura Municipal de Diamantina.
2009. "PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINA/MG". Diamantina, MG: Prefeitura de Diamantina.
Prefeitura Municipal de Diamantina.
2012. "Relatório de Gestão Municipal 2009-2012". Diamantina, MG.
Prefeitura Municipal de Diamantina
2015. Avaliação de Bairros. Diamantina, MG: Secretária de Saúde.
Prefeitura Municipal de Diamantina.
2016. "Alguns monumentos tombados pelo IPHAN e a Vesperata". Disponível em :<www.diamantina.com.br>. Acesso em 07 Fev de 2016.
- Ribeiro, José; Vareiro, Laurentina; Remoaldo, Paula.
2012. *The Host-Tourist Interaction in a World Heritage Site: The Case of Guimarães*. China-USA Business Review, v. 11, n. 3, p. 283-297.
- Ribeiro, W.C.
2005. "Patrimônio da Humanidade, Cultura e Lugar". *Revista Diálogos*, 9, nº1, p. 111-124. [online]. Disponível: <<http://www.uem.br/dialogos/index.php?journal>>. Acesso em 07 de Fev 2016.
- Schluter, Regina G.
2003. *Metodologia da pesquisa em Turismo e hotelaria*. São Paulo, SP: Aleph. (Série Turismo). Tradução de: Tereza Jardimi.
- Scifoni, Simone.
2004. "A Unesco e os patrimônios da humanidade: valoração no contexto das relações internacionais". *Anais... In: II Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade*, Indaiatuba, SP.
- Silva, Fernando Fernandes.
2003. "As cidades brasileiras e o patrimônio cultural da humanidade". São Paulo, SP: EDUSP – Editora da Universidade de São Paulo.

- Silva, Georgia Patrícia da.
2013. Título de patrimônio cultural da humanidade: um selo de garantia ou uma promessa fantasiosa?.
VI *Jornada Internacional de Políticas Públicas*.
- Silva, Marcos Noé Pedro Da.
Regra de três simples. Brasil Escola. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/matematica/regra-tres-simples.htm>>. Acesso em 25 de maio de 2016.
- Silveira, Carlos Eduardo; Medaglia, Juliana (Org.).
2014. Pesquisa de demanda real de Diamantina e região: características de viagem, motivações, percepções e expectativas. Diamantina, MG: UFVJM.
- Silveira, Carlos Eduardo; Medaglia, Juliana; Souza Junior, Ronaldo Flaviano de.
2012. “Caminhos do turismo em Diamantina: a relação com a origem mineradora, a cultura e o título de patrimônio cultural da humanidade”. *Revista Vozes dos Vales: Publicações Acadêmicas, Vale do Jequitinhonha*, n. 1, p.1-21.
- Solha, Karina. Toledo.
2004. *Órgãos públicos estaduais e o desenvolvimento do turismo no Brasil*. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). Escola de Comunicações e Artes. Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Soares, Geralda Chaves.
2000. “Vale do Jequitinhonha: um vale de muitas culturas”. *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v. 5, n. 6, p. 17-22.
- Souza, Maria Luar Mendes de; Gomes, Mariana Elias; Silva, Tatiana Amaral.
2007. “Limites e potencialidades na atuação dos Conselhos Municipais de Turismo: Estudo de Caso nos municípios de Diamantina, MG e Bonito, MS”. [S.L.]: *Revista Virtual Partes*.
- Svels, Kristina. World Heritage,
2015. Tourism and Community Involvement: A Comparative Study of the High Coast (Sweden) and Kvarken Archipelago (Finland). *Scandinavian Journal of Hospitality and Tourism*, v, 15, issue 1-2, p. 183-201. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/15022250.2015.1009708?journalCode=sjht20>>. Acesso em: 14 jan.
- TRIPADIVISOR BRASIL.
2016. Foto do Casarão do Fórum Diamantina. Disponível em: <https://www.tripadvisor.com.br/Attraction_Review-g303380-d2389987-Reviews-Casarao_do_Forum-Diamantina_State_of_Minis_Gerais.html>. Acesso em 07 Fev. de 2016.
- UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais.
2016. “Vale do Jequitinhonha”. Belo Horizonte, MG: Portal Vale do Jequitinhonha. Disponível em: <<https://www2.ufmg.br/polojequitinhonha/O-Vale/Sobre-o-Vale>>. Acesso em: 27 jul. 2016.
- Widmer, Glória Maria.
2007. *O título de patrimônio da humanidade e seus efeitos sobre o turismo em Fernando de Noronha*. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo.

Notas

- ¹ De acordo com o censo de 2010, Diamantina possui 5.816 habitantes (12,7%) em zona rural e 40.064 habitantes (87,3%) em área urbana (IBGE, 2014).
- ² A Cordilheira do Espinhaço nasce em Minas e, a partir da Bahia, começa a ser denominada Chapada Diamantina. Possui características singulares, decorrentes da formação geomorfológica e é conhecida também como Serra do Espinhaço, possui um extenso potencial natural, abrigando nascentes de rios, dentre eles o Rio Jequitinhonha que nasce no Serro (município vizinho), e que na região recebe a denominação de Serra dos Cristais (ALVES, 2011).
- ³ Uma das principais peças de artesanato, são as bonecas de cerâmica comercializadas por todas cidades do Vale, em diversos estados brasileiros e também no exterior tem contribuído de modo relevante para a economia da região.

Recibido: 18/12/2016
 Reenviado: 12/03/2017
 Aceptado: 12/03/2017
 Sometido a evaluación por pares anónimos